

Instituições de atendimento socioeducativo à adolescentes em situação de risco do Distrito Federal: panorama e perspectivas

Paola Biasoli Alves
Deise Matos Amparo
Carmen Jansen de Cardenas
Bruno V. Moreira Chaves
Cynthia Bisonoto de Oliveira
Universidade Católica de Brasília (UCB)

RESUMO

Apresenta-se o perfil das instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial em Ceilândia e Taguatinga. Foram pesquisadas vinte e uma instituições por meio da aplicação de um roteiro de entrevista estruturado com diretores/coordenadores. Evidenciou-se que: a) as instituições atendem as crianças e adolescentes, sem trabalhos específicos para suas famílias ou comunidades; b) 71% delas funciona na perspectiva filantrópica religiosa; c) busca-se o alcance da promoção da cidadania, o cuidado profissionalizante e o apoio sócio-educativo, contudo, não há projetos pedagógicos específicos; d) a atuação baseia-se em valores tradicionais, dificultando a compreensão contextual da realidade vivida pelos usuários e suas famílias. Conclui-se a necessidade do comprometimento social e político, bem como com a formação continuada dos técnicos e educadores envolvidos nas atividades institucionais, a sensibilização da comunidade em que as instituições atuam, assim como a busca incessante por parcerias que ofereçam sustentabilidade econômica e humana aos projetos desejados.

Palavras-chave: Socioeducativo; atenção psicossocial; adolescência; educadores; vulnerabilidade.

ABSTRACT

Panorama and perspectives of Distrito Federal's institutions working with adolescents in a situation of risk

This paper show data from 21 institutions to children and adolescents socio-educational care in Ceilândia e Taguatinga. The data were collected with directors/coordinators from these institutions with a structured interview and emphasize: a) the institutions work with children and adolescents, but not with their families or community; b) 71% is philanthropic with religion approach; c) the institutions aim to promote citizenship, professional capacities and social-educational care, but there is not pedagogical projects to support it; the activities are based on traditional values what create difficulties to the contextual understanding of psychosocial vulnerability experienced by these youth and their families. Is necessary a social-political compromise, the continuum formation process to the technical time; the community's sensibility to this reality and the search to economic and human sustained.

Key words: Socio-educational; psychosocial care; adolescence; educators; vulnerability.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz dados de uma pesquisa-ação realizada pela Universidade Católica de Brasília, em parceria com o programa Petrobrás Social, referente ao estudo e à intervenção com adolescentes caracterizados como pertencentes à população de risco psicossocial das cidades de Ceilândia e Taguatinga no Distrito Federal. O projeto realizado entre janeiro de

2003 e julho de 2004, chamado “Aprendiz da Paz”, constou de cinco momentos específicos delimitados em sua proposta metodológica organizados em duas etapas. Na etapa 1 foram realizados: a) a identificação de instituições governamentais e não governamentais que prestavam atendimentos ao público jovem em situação de risco destas cidades, o que resultou no cadastramento de 33 instituições; b) o contato aprofundado com 21 destas instituições (que atendem,

no total, 1434 jovens) através de visitas pessoais da equipe aos profissionais (diretores e coordenadores das instituições) para realização de entrevistas estruturadas caracterizando o tipo de serviço realizado, obtendo informações sobre procedimentos de atendimento em rede dos jovens, crenças e valores institucionais sobre sua missão e a eficácia dos procedimentos adotados. Na etapa 2 foram realizados: a) a aplicação de um questionário em uma amostra – 213 jovens – da população de adolescentes atendidos, com o objetivo de caracterizar as instituições e seu papel na perspectiva do público beneficiado, além da coleta de dados sobre suas redes de pertencimento cultural (família, escola, instituição e grupos de pares); b) entrevistas em profundidade e grupos focais com 60 dos 213 adolescentes participantes, caracterizando sua relação com temáticas de seu cotidiano, seu significado sobre a situação de risco e, principalmente, suas crenças e valores sobre a paz e a violência no mundo contemporâneo; c) a produção de um vídeo realizado com roteiro e direção de um grupo destes adolescentes, com o objetivo de sistematizar e divulgar o trabalho de protagonismo juvenil em situação de risco.

Neste artigo os dados são referentes às entrevistas estruturadas realizadas com os diretores/coordenadores das 21 instituições de apoio e cuidado socioeducativo aos adolescentes. Para a melhor apresentação e discussão dos dados optou-se por uma revisão da literatura que privilegiasse os aspectos de constituição e atuação de instituições para crianças e adolescentes no Brasil, permitindo-se, desta forma, uma análise contextual e abrangente das perspectivas pedagógicas e psicológicas que identificam os pressupostos interacionistas do desenvolvimento humano, considerados como efetivos para as práticas efetivas nesta área.

INTRODUÇÃO

A pesquisa histórica sobre a situação da infância e da adolescência no Brasil, ao longo dos seus mais de quinhentos anos de existência, apresenta perspectivas importantes para a compreensão das atuais condições em que são atendidas estas populações quando consideradas em situação de risco psicossocial (Alves, 2002; Del Priory, 1999).

Desde a expansão ultramarina européia, que inclui a “descoberta” do Brasil, o trabalho infantil, foi amplamente valorizado em função das mudanças técnicas ocorridas nos navios da época e esta situação de exploração dos jovens no mercado de trabalho perdura até os dias atuais, como mostram (Arpini, 2003, Del Priory, 1999). A situação geral da infância no Brasil, após algumas décadas de colonização também trouxe

aspectos característicos do risco psicossocial, mais especificamente o abandono e os maus-tratos. Foram criadas várias casas dos expostos, junto às santas casas, que recebiam e mantinham meninos e meninas abandonados até completarem sete anos. É importante destacar o lado oculto dessas instituições: as crianças presenciavam bebedeiras, brigas e xingamentos, viviam com alimentação precária e eram submetidos a métodos truculentos que buscavam manter a disciplina. Nesta época já se registravam fugas praticadas por meninos aprendizes que tentavam delimitar o campo entre o aceitável e o inaceitável na vivência das práticas socializadoras (Venâncio, 1999).

Quanto às questões específicas de prática de infrações, sendo este um outro aspecto relevante para a caracterização do risco psicossocial, a primeira lei penal relativa a menores de idade, crianças e adolescentes, foi ainda no regime imperial, em 1830, com o Código Criminal (Rizzini, 1995). Outro aspecto histórico pertinente às situações desfavoráveis ao desenvolvimento infanto-juvenil assinala que, a partir de 1850, a legislação favorável aos escravos e seus filhos trazem avanços na perspectiva anti-escravagista; mas, por outro lado, estas mesmas leis favorecem a urbanização desordenada, a criação de bolsões de pobreza na periferia das cidades, o abandono e o trabalho de crianças e adolescentes negros em função da ausência da garantia de direitos a esta população (Brasil e Almeida, 2002).

Os últimos vinte anos do século XIX foram caracterizados como um período de crescentes mudanças no cenário político e social, a proclamação da República no Brasil (Rizzini, 1995). A partir disso, a legislação da época manifesta-se através da preocupação do país pelo reordenamento político e social. É relevante pontuar que no Brasil a implantação da indústria e sua expansão também foram responsáveis pelo destino de parcela significativa de crianças e adolescentes da camada economicamente oprimida de São Paulo. No início do século XX a cidade viveu o impacto da imigração que ampliou a concentração de trabalhadores nas atividades urbanas, sendo que muitos desses operários eram crianças e adolescentes. Considerando a presença desses jovens operários no trabalho industrial Moura (1999, p. 263) chama atenção para o fato de que “a pobreza não deixara de rondar as famílias de muitos e muitos imigrantes, cuja precária sobrevivência dependia em parte do trabalho dos próprios filhos”.

Moura (1999) destaca que, em função da pouca idade, crianças e adolescentes talvez tenham sido os trabalhadores que viveram os exemplos mais exacerbados da relação de poder de patrões e superiores hierárquicos. Porém, o mundo do trabalho não destruiu a infância e adolescência a ponto de excluir o lúdico de

suas vidas e dessa forma as brincadeiras dos menores resistiam à racionalidade imposta pelo ambiente de trabalho. As dependências das fábricas e oficinas acabaram sendo os espaços nos quais se entregavam às brincadeiras próprias da idade. Contudo, as longas jornadas de trabalho e a fadiga subsequente inviabilizavam ainda as possibilidades de frequentar a escola.

Dentro da dimensão histórica, o cotidiano de trabalho também marcou a infância e a adolescência durante a República. Mas, as denúncias e as manifestações contra o trabalho infantil acabaram levando as autoridades governamentais a considerarem a situação social dos operários e suas famílias. Neste período surgem regulamentos de proteção aos menores abandonados e delinquentes, o Código de Menores e, finalmente, na Constituição de 1934, a determinação da proibição ao trabalho de menores de 14 anos sem permissão judicial. De acordo com Passetti (1999) foi com o Código de Menores de 1927 que o Estado respondeu, pela primeira vez, com internação, responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinquente, tarefa anteriormente realizada por instituições religiosas ou militares.

Todavia, Passetti (1999) destaca que, ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolheu educar pelo medo. O objetivo das internações de crianças e jovens abandonados e infratores no Brasil era combater o indivíduo perigoso, com tratamento médico acompanhado de medidas jurídicas. Assim, entendia-se que o infrator deveria ser internado para, no futuro, vir a ser reintegrado socialmente. É perceptível, dentro deste contexto, a ausência de parâmetros sócio-educativos diferenciados para as questões de abandono e de infração legal.

Ao se acentuar uma dimensão crítica das questões expostas, percebe-se que, com o passar dos anos, sobrepe-se às dificuldades emergentes dos modelos vigentes. Passetti (1999) relata o surgimento de órgãos de assistência aos menores que se destinavam a abrigar os acusados da prática de atos considerados infracionais. Crianças e jovens infratores ou abandonados, provenientes das situações de pobreza passam a ser identificados como “menores” e o complexo institucional de controle para inimputáveis se expande.

Transcorrido este período marcado pela estigmatização das crianças pobres como “menores” e delinquentes em potencial, iniciou-se um processo de revisão do código de menores. Conforme relata Passetti (1999) a Constituição de 1988 expressou o fim da estigmatização formal pobreza-delinquência e pôde-se pensar no novo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990.

Tanto a Constituição de 1988 quanto o ECA asseguraram os direitos humanos fundamentais às crianças e aos adolescentes, transformando-os em prioridades do Estado. Com o ECA o papel do Estado foi redimensionado em relação às políticas sociais e assim surgem as organizações não-governamentais. Ocorre, assim, a redução no investimento estatal e ampliação na participação filantrópica da sociedade com apoio nas iniciativas empresariais. Em relação às penalizações possíveis perante os atos infracionais, o ECA buscou suprimir a arbitrariedade por parte do poder judicial fazendo desaparecer a prisão imediata transformando o infrator em réu a ser julgado em pequenos tribunais, as Varas Especiais da Infância e Juventude. O ECA recomenda, ainda, a internação apenas em último caso, depois de examinadas e exauridas as possibilidades entre as outras medidas socio-educativas previstas para os atos infracionais. Ao se buscar uma síntese para estas idéias, Santana, Doninelli, Froese e Koller (2004) referem que, historicamente, as sociedades buscaram se organizar em instituições, sendo que as características e objetivos institucionais variam de acordo com os valores sociais vigentes a quem se destina o atendimento.

A contemporaneidade das questões sobre a infância e a adolescência no Brasil, principalmente quando associadas às situações de risco psicossociais (genericamente situações que envolvem perspectivas de miséria econômica e afetiva), relacionam-se, portanto, às demandas referentes às políticas de atendimento e promoção às mesmas, ou seja, os esforços governamentais e não governamentais para garantir os direitos da criança e do adolescente. Os parâmetros históricos salientam o domínio do adulto sobre os processos de desenvolvimento da juventude, acentuando as perspectivas ideológicas e culturais vigentes. Há, portanto, a necessidade de compreensão, na atualidade, das dimensões biológicas, psicológicas e sociais próprias de cada período evolutivo, com o intuito de se evitar os equívocos já cometidos ao longo dos séculos, que não só perpetuaram, como agravaram as indicações de risco vividas por crianças e adolescentes no país (Alves, 2002; Moraes e Koller, 2004). Neste sentido, o estudo das instituições que hoje são responsáveis pelo cuidado e proteção destes jovens traz em si a busca de informações sobre como o ECA vem sendo implementado e vivenciado, quais as crenças e valores sobre a infância e a juventude em situação de risco psicossocial e, por fim, quais as estratégias mais efetivas de intervenção nos parâmetros de saúde integral, tanto dos indivíduos atendidos, como dos atendentes, das famílias e da sociedade brasileira em geral.

A compreensão teórica interacionista, ao considerar o ser humano como definido pela interação e

integração dos aspectos bio-psico-sociais, sustenta a necessidade de uma análise histórica sobre a criação e funcionamento das instituições para crianças e adolescentes no Brasil, assim como assinala a relevância das pesquisas que identificam parâmetros culturais, valorativos e institucionais que devem permear as práticas socializadoras (Alves e Koller, 2007; Alves, 2004; Santana, Doninelli, Frosi e Koller, 2004).

De acordo com Bronfenbrenner (Alves, 2002; Bronfenbrenner, 1979/1996, Morais e Koller, 2004), a inserção de uma criança e/ou um adolescente em um novo ambiente, no qual serão estabelecidas relações face-a-face com pessoas, objetos e símbolos (microsistemas) caracterizam uma transição ecológica. O que será construído, tanto em termos objetivos, como subjetivos nestes ambientes terá impacto na vida de todos os envolvidos, podendo potencializar a saúde ou mesmo o adoecimento (físico, emocional e social) das pessoas envolvidas (Yunes, Miranda e Cuello, 2004).

As instituições de cuidado substituto para crianças e adolescentes, sejam estas integrais (abrigo) ou por períodos (oferecimento de atividades extracurriculares e de socialização) necessitam encontrar-se estruturadas e efetivamente ativas no sentido de promover fatores de proteção na vida dos jovens que atendem. Desta forma, estas instituições buscariam a plena potencialização da resiliência na vida destes indivíduos que vivenciam, pelos mais diversos motivos, situações de abandono, de maus-tratos e negligência, seja no âmbito microssistêmico (família, escola, vizinhança) até no âmbito macrossistêmico (políticas públicas inadequadas, preconceitos, estereótipos, etc.) (Santana, Doninelli, Frosi e Koller, 2004). Neste sentido, é necessário compreender a resiliência como a capacidade humana de adaptação saudável e ativa a situações de estresse, sendo que sua potencialização é possível através da rede de apoio socioafetivo adequada, da constituição de características pessoais favoráveis (auto-estima, autoconceito, competência social, etc.) e da coesão saudável entre os sistemas ecológicos de desenvolvimento (Alves, 2002, Morais e Koller, 2004).

MÉTODO

A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da abordagem etnográfica e da pesquisa-ação, de acordo com os procedimentos adotados para a realização do "Projeto Aprendiz da Paz". Nesse artigo será descrito o método adotado na etapa da pesquisa referente ao cadastramento das instituições e à coleta de dados junto aos profissionais diretores e/ou coordenadores nas instituições de atenção socioeducativa para crianças e adolescentes.

Participantes

Participaram da pesquisa 33 instituições, governamentais e não governamentais que se identificaram como prestadoras de atendimento socioeducativo, localizadas nas cidades de Ceilândia e Taguatinga do Distrito Federal. A escolha de instituições nessas regiões administrativas está associada ao contingente de jovens que delas participam bem como com as informações sobre a aplicação de medidas de proteção e socioeducativas previstas no ECA. Dessas instituições cadastradas foram selecionadas 21, que no seu conjunto ofereciam atendimento a 1434 adolescentes. Os critérios de seleção das instituições foram: busca de proporção entre instituições governamentais e não governamentais e tipo de trabalho institucional realizado com os adolescentes. Participaram da pesquisa seus diretores e/ou coordenadores, totalizando 21 profissionais.

Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

Os instrumentos utilizados foram: ficha de cadastro e roteiro de entrevista estruturada. O cadastramento das 33 instituições foi realizado através do preenchimento por telefone, por um pesquisador previamente treinado, de uma ficha de cadastro na qual constavam dados descritivos como endereço, tempo de atuação, tipo de registro, população atendida, capacidade de atendimento, etc. Nas 21 instituições posteriormente selecionadas para o aprofundamento foram entrevistados os coordenadores e/ou diretores. As entrevistas foram realizadas individualmente em cada uma das instituições por um pesquisador previamente treinado, sendo gravadas e transcritas assegurando-se todos os procedimentos éticos necessários. Para esta etapa da pesquisa foi utilizado um roteiro de entrevista estruturado contendo questões descritivas sobre a missão e ética da instituição, as atividades realizadas no cotidiano do atendimento, as vinculações com as instituições de ensino e de saúde, entre outras questões. Este roteiro foi elaborado considerando-se os dados da literatura e a experiência dos pesquisadores com outras pesquisas na área (Arpini, 2003; Brasil, Alves, Amparo e Frajorge, 2006).

Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados deu-se dentro de parâmetros quantitativo-interpretativos (Biasoli-Alves, 1988; Alves, 1998; Oliveira, 2003) e da aplicação do Software ALCESTE. Ambos prevêem a investigação pormenorizada das respostas e sua categorização através da aproximação dos sentidos expressos. A partir da criação das categorias foram organizados os dados em for-

ma de tabelas que permitem a visualização nas dimensões estatísticas descritivas (frequência, média, porcentagem) e a interpretação dos mesmos.

RESULTADOS E ANÁLISE

A análise dos dados permite a visualização de diferentes aspectos do atendimento institucional às crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial no Distrito Federal. Inicialmente, quanto ao público alvo atendido a Tabela 1 mostra as populações referidas.

TABELA 1

Porcentagem de instituições que atendem às diferentes populações em situação de risco psicossocial.

<i>População</i>	<i>Porcentagem</i>
Crianças e adolescentes	47%
Adolescentes	24%
Crianças, adolescentes e famílias	19%
Adolescentes e famílias	5%
Carentes	5%
TOTAL	100%

Como mostra a Tabela 1, mesmo que as instituições se proponham a prestar serviços ao público adolescente, a grande maioria (76%) inclui outras populações para serem atendidas em seu cotidiano. Este dado revela a existência de diferentes demandas socioeducativas acumuladas em uma única unidade de atendimento, o que pode acarretar em prejuízos na qualidade do mesmo se as atividades propostas não estiverem bem embasadas em pressupostos de interação e integração dos indivíduos e suas demandas.

Quanto ao sexo das pessoas atendidas pôde-se constatar que 72% das instituições atende ao público masculino e feminino e os 28% restantes atendem respectivamente 14% somente indivíduos do sexo masculino e 14% do sexo feminino. Já os dados relativos à escolarização mostram que 99% dos adolescentes atendidos está matriculado em escolas públicas, com frequência regular percebida pelas instituições. A Tabela 2 mostra a distribuição das instituições com relação ao seu caráter institucional.

TABELA 2

Caráter das instituições

<i>Caráter</i>	<i>Porcentagem</i>
Filantrópica Religiosa	71%
Filantrópica Não-Religiosa	14%
Organização Governamental	10%
Organização Não-Governamental	5%

Como demonstra a Tabela 2, 71% das instituições possui caráter filantrópico religioso, sendo que 14% também são filantrópicas mas não-religiosas, 10% são governamentais e 5% são não-governamentais. Estes dados apresentam a participação ativa e majoritária de segmentos religiosos na proposta de assistência aos direitos da infância e adolescência, em contra ponto às poucas iniciativas governamentais e não governamentais. Dentro deste quadro foi possível identificar que, entre os 71% de instituições de caráter religioso 35% são de base protestante, 33% são espíritas e 32% católicas, assinalando um possível equilíbrio entre as doutrinas cristãs no oferecimento dos serviços sócio-educativos.

Quanto às fontes mantenedoras das 21 instituições, pode-se perceber a seguinte distribuição: três instituições são mantidas exclusivamente pelo Governo do Distrito Federal (GDF); duas são mantidas pelo GDF e a Sociedade Civil (SC); uma pelo GDF, SC e Recursos Próprios (RP); seis são mantidas exclusivamente com recursos de Mantenedoras Religiosas (MR); uma exclusivamente por MR, Organização Internacional (OI) e SC; uma pelo Governo Federal (GF), uma pelo GF e RP; uma exclusivamente por SC; uma pela SC e RP e uma exclusivamente por RP. Estes dados mostram a diversidade nas fontes mantenedoras e alguns aspectos podem ser salientados: primeiramente, apesar de 71% das instituições apresentarem-se como de caráter religioso, apenas seis (28% aproximadamente) tem mantenedora exclusivamente religiosa. Há a participação representativa de financiamento público (Distrital e Federal, em aproximadamente 38% da amostra), do auxílio da sociedade civil e de recursos próprios. O auxílio estrangeiro mostra-se pouco expressivo, apesar das grandes e frequentes discussões internacionais sobre as questões da infância e da adolescência e o posicionamento dos países economicamente estáveis em prestar auxílio na promoção da qualidade de vida destas populações.

Com relação às questões sobre a finalidade, ou seja, o compromisso ético social dessas instituições, estas incluem em seu próprio relato: a assistência social, o atendimento à famílias em situação de vulnerabilidade, a recuperação de abusadores de drogas, a promoção do exercício da cidadania, as atividades socioeducativas, a oferta de cursos profissionalizantes, o oferecimento de condições para que as pessoas busquem a cidadania e a disponibilização de abrigo. Em termos descritivos, considerando o relato das instituições quanto a sua finalidade, tem-se os seguintes resultados: 38% refere-se à cidadania (dar novas condições de vida, trabalhar a educação, dar condição moral e psíquica, encaminhar à escola, assegurar os direitos, etc.), 38% faz referência ao apoio (abrigar

crianças, amparar os mais necessitados, dar apoio e assistência, etc.) e 24% refere-se tanto ao apoio quanto à cidadania (apoio às famílias e às crianças, bem como prepará-las para integração social, tirar as crianças da rua e encaminhá-las à escola, abrigar as crianças e trabalhar a educação, etc.).

Na complementação destes dados, a Tabela 3 mostra o que estas mesmas instituições consideraram como sua missão.

TABELA 3
Missão das instituições

<i>Missão</i>	<i>Porcentagem</i>
Desenvolvimento Espiritual	28%
Apoio ao Adolescente	24%
Cidadania	24%
Não respondeu	17%
Apoio à Família	7%

Uma característica dessas instituições é a preocupação com o desenvolvimento espiritual, o que representa 28% das missões institucionais e reforça o caráter religioso das mesmas. A missão envolve, também, apoio ao adolescente no que diz respeito à proteção desses jovens, tirá-los da rua e auxiliá-los no cuidado da dependência química, representando 24% das missões das instituições. A cidadania, que representa 24% da missão das instituições, refere-se a proporcionar a inserção dos adolescentes na sociedade, dar um futuro a estes jovens no que diz respeito aos seus direitos e ao acolhimento pela família. Por fim, 7% da missão envolve ainda o apoio à família para receber os jovens de volta e aproximar os pais dos filhos. E 5 instituições não responderam à questão referente a sua missão.

Ao se buscar o aprofundamento das informações relativas ao tipo de atividades e atendimento oferecido especificamente aos adolescentes, as instituições ofereceram a descrição apresentada na Tabela 4.

TABELA 4
Tipo de atividades oferecidas nas instituições

<i>Atividades</i>	<i>Porcentagem</i>
Abrigamento	33%
Socioeducativo	33%
Internato	14%
Socioeducativo e Abrigamento	5%
Artístico-Cultural	5%

Os dados revelam que a maioria das instituições encontra-se vinculada às propostas de abrigamento e/ou socioeducação (71%), salientando as perspecti-

vas de proteção e busca de alternativas de socialização na vida dos jovens atendidos. Ainda, é relevante perceber que existem programas que prevêm a internação dos adolescentes, principalmente associada ao abuso de substâncias psicoativas e as propostas de incentivo à profissionalização e à cultura e arte.

Ao se fazer referência às finalidades e às missões das instituições componham uma série de objetivos muitas vezes complexos, é relevante apresentar que, das instituições entrevistadas, apenas 12 relatam dispor de um projeto pedagógico, o que representa 57% das instituições entrevistadas. Percebe-se que, embora estas sejam uma grande força no trabalho assistencial com os jovens, de maneira geral as instituições não apresentam um projeto pedagógico consistente (quando existente) no que pode ser considerado como parâmetro de desenvolvimento saudável da população atendida. Através da explanação e leitura dos mesmos, pôde-se constatar que há a mistura de referenciais pedagógicos e psicológicos muitas vezes conflitantes em suas bases epistemológicas. Constatou-se, ainda, que é referenciado como projeto pedagógico pelas instituições aquilo que se conhece como rotina, horários, regras e valores das próprias instituições. Não há um espaço de formação dos educadores que lidam com as crianças e adolescentes, onde eles possam conhecer, internalizar e se instrumentalizar de metodologias de ensino. Estes dados, especificamente, indicam a necessidade de estudos aprofundados e pertinentes sobre esta temática (organização e estruturação de projetos pedagógicos, sua finalidade, aplicabilidade, parâmetros de avaliação, etc.), buscando-se alternativas que validem práticas efetivas e que, por outro lado, denunciem procedimentos arbitrários.

Ao se apresentar temáticas de caráter mais exploratório e qualitativo, a análise de conteúdo do discurso dos profissionais das instituições, realizada com o software ALCESTE, apresenta a prevalência de três classes que demonstram a preocupação desses profissionais com o serviço que oferecem e prestam. A Tabela 5 mostra estas classes e suas respectivas porcentagens de ocorrência.

TABELA 5
Preocupações com o serviço prestado

<i>Preocupações</i>	<i>Porcentagem</i>
Projetos e programas educativos	36%
Ideologia do atendimento	16,34%
Atuação da instituição	47,66%

Na última classe, que apresenta maior peso discursivo, sobressaem na fala dos profissionais a ausência de apoio político, técnico e instrumental para

atuação efetiva, dificuldades em relação às atividades desenvolvidas, trabalho com fatores de risco (drogas e violência), desenvolvimento de projeto de futuro dos adolescentes, rede de parcerias para receber e encaminhar o adolescente.

Questionados sobre como podem contribuir na formação do adolescente, os profissionais desenvolvem seu discurso enfocando cinco categorias principais: educar (28%), profissionalizar (21%), acolher (17%), desenvolver competências subjetivas (13%) e disciplinar (8%). Os 13% restantes somam-se na categoria outros. A educação e a profissionalização ainda são preocupações fundamentais dos educadores que desenvolvem um trabalho enfocando a instrumentalização e o acolhimento sem, no entanto, desenvolver uma perspectiva de desenvolvimento integral e de protagonismo juvenil.

De acordo com os dados coletados referentes aos encaminhamentos dos adolescentes para o atendimento nas instituições, 12 (57,14%) recebem adolescentes através de ordens judiciais (aplicação de medidas protetivas e/ou socioeducativas previstas no ECA). Este dado reforça a identificação destes adolescentes como pertencentes à população em situação de risco psicossocial, enfatizando a percepção do Estado para sua condição, uma vez que a Vara da Infância e da Juventude busca recursos governamentais e não governamentais para atender aos adolescentes. As demais instituições atendem a jovens de suas comunidades, indicados por familiares, vizinhos, conhecidos e também vinculados a movimentos sociais. Este aspecto salienta a responsabilidade social prevista no ECA para a formação da cidadania deste os mais precoces processos de socialização.

Com relação ao desligamento dos jovens das atividades institucionais, 57% da população atendida participa de toda a programação proposta e, portanto, desliga-se em função do cumprimento das mesmas; 38% desliga-se por motivos considerados próprios, ou seja, o adolescente opta por não estar mais ativo nas propostas, ou mesmo é forçado a isto pelas circunstâncias (mudança de cidade, trabalhos, troca de horário escolar, etc.) e 5% é desligado por não cumprir com as regras e normas da instituição.

Como última temática da entrevista foram abordados três aspectos: profissionalização, atendimentos de saúde e programas e projetos de combate à violência. Os dados mostram que, com relação à profissionalização, 21% das instituições oferecem atividades em sua programação e as executam dentro do seu espaço geográfico, 61% oferece atividade profissionalizante em parceria com outras instituições, que são as executoras e 18% não respondeu a este item. Quanto aos aspectos da saúde, a maioria das instituições não tem

(33%) profissionais em sua equipe ou tem apenas um ou dois (29%). 33% tem entre três e cinco profissionais e apenas 5% tem entre seis e oito. As especialidades se dividem entre médicos (37%), psicólogos (22%) e dentistas (20%) sendo que os demais profissionais representados são assistentes sociais, fonoaudiólogos, enfermeiros, nutricionistas e professores de educação física. A maioria das ações é de caráter curativo (36%) ou de diagnóstico e encaminhamento para processos curativos (18%). As demais ações não foram especificadas.

Para os programas e procedimentos de combate à violência, 19% das instituições não possui adolescentes que participem desta temática, 48% desenvolvem atividades dentro dos programas da instituição (19%), em outras instituições (24%) e em ambas (5%). 33% das instituições não responderam a esta temática. A caracterização das atividades sobre as questões de violência foi: preventiva (18%), preventivas e informativas (36%), preventivas e doutrinárias (9%), preventivas em saúde (14%) e gerais (23%).

DISCUSSÃO

Como pode ser comprovado dentro do contexto sociopolítico brasileiro, desde a época do Brasil império e república, as instituições prestadoras de serviço às crianças e aos adolescentes em situação de risco psicossocial privilegiam atender os jovens e não apresentam estratégias para a atuação junto à sua rede de apoio socioafetivo, desvalorizando e, muitas vezes, prejudicando a realização de transições ecológicas pertinentes e promotoras do desenvolvimento saudável destes jovens (Arpini, 2003; Brasil e Almeida, 2002; Bronfenbrenner, 1979/1996; Rizzini, 1995). Os dados desta pesquisa corroboram a argumentação da literatura sobre os problemas referentes aos atendimentos para crianças, adolescentes e famílias, mesmo depois de mais de 15 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. O discurso dos participantes evidencia a busca do alcance de objetivos como a promoção da cidadania, o cuidado profissionalizante e o apoio socioeducativo. Contudo, os projetos e programas de atuação que regem estas instituições encontram-se apoiados em valores tradicionais (família patrifocal, frequência e desempenho escolar, etc.) que não favorecem a compreensão contextual da realidade vivida por estes jovens e suas famílias, desde as perspectivas inter-relacionais, até os aspectos macrosistêmicos. É necessária a formação continuada das pessoas envolvidas nas atividades oferecidas nas instituições, a sensibilização da comunidade em que a instituição atua, assim como a busca incessante por parcerias que ofereçam sustentabilidade econômica e humana aos

projetos desejados. Família, escola, instituição de cuidado socioeducativo, governo, entidades privadas e filantrópicas, na regência de adultos responsáveis e socialmente comprometidos, podem oferecer alternativas às vivências de maus tratos, abandono e negligência que permeiam o cotidiano de milhões de jovens no Brasil (Marçal Filho, 2007).

Na complementação desta discussão, a pesquisa também evidenciou que 71% das instituições que atendem a esses jovens o fazem na perspectiva filantrópica religiosa. Para Rizzini (1995) esse perfil de atendimento é explicado pela inabilidade do governo em atender esse público e dessa forma, a sociedade se organiza para tentar sanar tal demanda. Vale ressaltar que o perfil religioso dessas entidades é antigo e dentre as instituições entrevistadas, 28% informa que sua missão é o desenvolvimento religioso do público atendido, sendo que esse valor é superior ao de apoio dos adolescentes e da promoção de cidadania. Este dado, somado aos demais encontrados, sugere um chamado para a responsabilidade de toda a sociedade civil organizada, assim como das instâncias governamentais no sentido da criação e implementação de Políticas Públicas para a Infância e a Adolescência que valorizem as ações filantrópicas, sem, contudo, excluir ou minimizar diferentes valores e oportunidades no âmbito da promoção das vivências de saúde integral dos indivíduos, principalmente na dimensão da tolerância, da sustentabilidade transgeracional e da busca de alternativas para os processos de transgressão e marginalidade perpetuados por sistemas sociopolíticos com ênfase econômica, em detrimento das perspectivas afetivas e culturais (Marçal Filho, 2007; Santana, Doninelli, Frosi e Koller, 2004).

REFERÊNCIAS

- Alves, P. B. (2002). *Infância, tempo e atividades cotidianas de crianças em situação de rua: As contribuições da Teoria dos Sistemas Ecológicos*. [Tese de Doutorado], Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Alves, P. B. (1998). *O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua*. [Dissertação de Mestrado], Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23, 1, 70-75.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (1988). Intersecções das abordagens qualitativas e quantitativas. In Deise Sousa, Vera Otero, & Zélia

- M. Biasoli-Alves (Orgs.). *Anais da 18ª Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto* (pp. 487-489). São Paulo: SBP.
- Brasil, K. C. T. R., & Almeida, S. F. C. de (2002). *Relações de rua: o vínculo do educador com a criança e o adolescente em situação de rua*. Brasília: Universa.
- Brasi, K. C. T. R., Alves, P. B., Amparo, D. M., & Frajorge, K. C. (2006). Fatores de risco na adolescência: Discutindo dados do DF. *Paidéia Cadernos de Psicologia e Educação*, 35, 16, 377-386.
- Del Priory, M. (Org.). (1999). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Dourado, A., Dabat, C., & Araújo, T. C. (1999). Crianças e adolescentes nos canais de Pernambuco. In Mary Del Priory (Org.). *História das crianças no Brasil* (pp. 407-436). São Paulo: Contexto.
- Marçal Filho, E. S. (2007). *Uma compreensão da subjetividade de adolescentes no contexto de uma instituição executora de medida socioeducativa de semiliberdade do DF*. [Trabalho de Final de Curso não publicado], Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.
- Moura, E. B. B. de. (1999). Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In Mary Del Priory (Org.). *História das crianças no Brasil* (pp. 259-288). São Paulo: Contexto.
- Oliveira, C. B. E. de. (2003). *O papel do professor no processo de estimulação e manutenção do interesse dos alunos pela escola*. [Monografia de Graduação], Curso de Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.
- Passetti, E. (1999). Crianças carentes e políticas públicas. In Mary Del Priory (Org.). *História das crianças no Brasil* (pp. 347-375). São Paulo: Contexto.
- Santana, J. P., Doninelli, T. M., & Koller, S. H. (2004). Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16, 2, 59-70.
- Venâncio, R. P. (1999). Os aprendizes da Guerra. In Mary Del Priory (Org.). *História das crianças no Brasil* (pp. 192-209). São Paulo: Contexto.
- Rizzini, I. (1995). Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever. In Francisco Pilotti & Irene Rizzini. *A história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 99-165). Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.

Recebido em: 30/09/2005. Aceito em: 30/06/2007.

Autores:

- Paola Biasoli Alves – Doutora em Psicologia, Universidade Católica de Brasília.
Deise Matos Amparo – Doutora em Psicologia, Universidade Católica de Brasília.
Carmen Jansen de Cardenas – Doutora em Psicologia, Universidade Católica de Brasília.
Bruno V. Moreira Chaves – Bolsista Iniciação Científica, Universidade Católica de Brasília.
Cynthia Bisonoto de Oliveira – Bolsista Iniciação Científica, Universidade Católica de Brasília.

Endereço para correspondência:

PAOLA BIASOLI ALVES
Universidade Católica de Brasília
QS 07, lote 01, Campus I
CEP: 71966-700, Águas Claras, Taguatinga Sul, Brasil
Fone: (61) 3356-9270
E-mail: paola@uecb.br